

A RELAÇÃO ENTRE O CRESCIMENTO ECONÔMICO E AS DESIGUALDADES REGIONAIS NO BRASIL

João Carlos Ramos Magalhães

Técnico de planejamento e pesquisa na Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais (Dirur) do Ipea.
E-mail: <joao.magalhaes@ipea.gov.br>.

Pedro Jorge Holanda Alves

Pesquisador no Subprograma de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) do Ipea. E-mail: <pedro.alves@ipea.gov.br>.

DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/td2621>

Este trabalho contribui com a literatura que analisa as desigualdades regionais brasileiras por meio de análise de dados de longa extensão no tempo, com alto nível de desagregação territorial. Foi organizada uma série de dados do produto interno bruto (PIB) municipal *per capita* em áreas mínimas comparáveis (AMCs) para quase um século de história: de 1920 a 2016, para o cálculo da evolução do índice de Gini PIB *per capita* entre municípios.

Devido ao intenso processo de emancipação municipal ocorrido no Brasil, que elevou o número de municípios de 1.304, em 1920, para 5.569 municípios, em 2016, foi necessário reagrupar os municípios emancipados em AMCs ao longo do período analisado, para que as alterações populacionais ocorridas pelo desmembramento e pela anexação municipal não interferissem na correta análise da evolução das variáveis estudadas.

Com a compatibilização dos PIB *per capita* municipais em AMCs no período 1920-2016, foi possível estimar a dinâmica da desigualdade da riqueza intermunicipal, pelo cálculo dos coeficientes de Gini, Theil, *variação* e *variação do log médio*. Apesar das diferenças na escala dos coeficientes, todos descreveram trajetória similar de crescimento da desigualdade intermunicipal de 1920 a um grande pico em 1970, seguida por queda e retorno da desigualdade, em 2016, a um patamar similar ao de 1920.

A extensão do período analisado permite então confirmar, com momentos de descontinuidade, uma relação em formato de U invertido entre a desigualdade regional e o crescimento econômico nacional. O texto apresenta os argumentos teóricos pelos quais Williamson (1965) prevê a ocorrência dessa relação, resultante de processo de desenvolvimento nacional que se iniciaria territorialmente concentrado para, após atingir determinado nível de desenvolvimento, transformar a infraestrutura

nacional, os mercados de trabalho e capital, e o nível de representatividade democrática, a ponto de estimular a desconcentração econômica territorial e reduzir as desigualdades regionais.

Os quatro indicadores revelam trajetórias similares, porém o Gini e a variação do *log* médio descrevem melhor as caudas da distribuição dos dados. O Gini passa a ser escolhido para a realização de outros cálculos e pela possibilidade de decompô-lo aditivamente em efeitos de ultrapassagem e progressividade. A comparação mostra que — enquanto o aumento no recorte do território nacional, de 952 AMCs, no período 1920-2016, para 3.659 AMCs, entre 1970 e 2016, produz diferenças na trajetória do Gini entre 1970 e 1985 — o aumento para o recorte de 5.556 AMCs no período 2002-2016 não acrescenta informações, e que essas três séries de dados confirmam o processo descontínuo de queda da desigualdade de 1970 a 2016.

A realização de cálculos separados do coeficiente de Gini entre os PIB *per capita* das AMCs do período 1920-2016 para cada macrorregião brasileira revela diferenças importantes entre as dinâmicas de cada região. Por fim, a decomposição aditiva do coeficiente de Gini, pelo método de Jenkins e Van Kerm (2006), revelou intensa movimentação na riqueza entre os municípios, com o destaque para intenso processo de crescimento de municípios pobres que ultrapassaram o PIB *per capita* de municípios mais ricos, entre 1920 e 1970. Esse crescimento elevou em 61,1 pontos percentuais (p.p.) o coeficiente de *Gini* e foi apenas parcialmente compensado pela queda de 39,1 p.p. decorrente do efeito de progressividade entre os municípios, que descreve a redução da distância entre os PIBs *per capita* municipais. Por sua vez, a queda na desigualdade de 1970 a 2016 foi explicada pela permanência do efeito de progressividade (31,1%), com a grande queda do efeito de ultrapassagem (9,8%).

Contudo, é importante salientar que a expressiva queda entre as desigualdades produtivas regionais, de 1970 a 2016, não foi suficiente para resultar em baixo nível de desigualdades regionais, pois estas continuam expressivas a ponto de dificultar a construção de uma nação com pacto federativo equilibrado e com desenvolvimento nacional sustentado, e de demandar o aprofundamento do conhecimento das causas de sua existência para aprimorar as políticas de desenvolvimento regional.

REFERÊNCIAS

JENKINS, S. P.; VAN KERM, P. Trends in income inequality, pro-poor income growth, and income mobility. **Oxford Economic Papers**, v. 58, n. 3, p. 531-548, 2006.

WILLIAMSON, J. G. **Regional inequality and the process of national development**: a description of the patterns. Madison: The University of Wisconsin, 1965.

SUMÁRIO EXECUTIVO

Texto para Discussão